

# Sítios de habitat e espaços do sagrado

“As sepulturas estão gastas por fora pelos passos dos  
vivos e por dentro pelo esforço dos mortos”

Raúl Brandão, Húmus

## o. Observações prévias

O megalitismo da Península de Lisboa/Baixa Estremadura é um tema demasiado complexo para uma curta referência num trabalho desta natureza. Se este estudo tem como principal objectivo a caracterização do mundo dos vivos, este é indissociável do mundo dos mortos e do sagrado, pelo que se torna necessário efectuar uma incursão por estes domínios. A precocidade dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos nos monumentos megalíticos desta região tem graves implicações se pensarmos que não devem restar muitas antas, grutas artificiais e *tholoi* por identificar e escavar. Assim, uma vez mais, temos que nos limitar a “Sítios, Horizontes e Artefactos” como escreveu V. Gonçalves (1995) quando outro tipo de evidências se torna meramente especulativo.

A área da Península de Lisboa é exemplar de um “polimorfismo” das expressões da morte: utilização de uma gruta natural como necrópole, construção e utilização de antas, monumentos de falsa cúpula ou grutas artificiais. A aparente heterogeneidade da morfologia estrutural das necrópoles é porém contrariada quando compreendemos a unidade dos seus conjuntos artefactuais e rituais. Com alguns núcleos particularmente paradigmáticos, a diversidade de ideias arquitectónicas e simbólicas, fixa-se numa área bem determinada no espaço: uma concentração a sul do Sizandro (Torres Vedras), com o *tholos* do Pai Mogo a constituir um “quase” limite norte (Gonçalves, 1995, p. 191); e a um esbatimento a Sul do Tejo, pois apesar dos núcleos de grutas artificiais (Palmela, Quinta do Anjo) não se conhecem *tholoi* ou antas para a Península de Setúbal. Estes limites correspondem também a um modelo de distribuição dos artefactos votivos de calcário, com presenças apenas residuais e pouco diversificadas em áreas a Sul da Península de Lisboa (Monte da Tumba, Monte Novo dos Albardeiros e Alcalar, por exemplo): “seria assim a Península de Lisboa o foco central difuso (ou redistribuidor) dos artefactos votivos de Calcário para Portugal, correspondendo a um dos dois principais vectores de calcolitização do território hoje português” (Gonçalves, V., 1995, p. 190).

O mundo do sagrado e da morte na Península de Lisboa é aquele que denuncia mais claramente a diversidade de influências que então cruzaram a Estremadura, verdadeiro repositório de símbolos e ideias de vários pontos do ocidente peninsular. Em primeiro lugar (cronologicamente) a influência do megalitismo alentejano ao longo de uma larga diacronia. Uma explicação de difusão populacional do Alentejo para a Península de Lisboa no IV milénio a.C. (Jorge, 1990) parece-me forçada, uma vez que são sobretudo as ideias e as imagens do sagrado e da morte que circulam, existindo uma especificidade da cultura material que indicia trocas mas não movimentos. Estão ainda bem presentes as afinidades com o mundo iconográfico e arquitectónico do mediterrâneo, tanto do mundo almeriense (ídolos almerienses em Samarra, Trigache...), millarenses e semelhanças com a congénere Extremadura espanhola. A simbólica surge aqui como uma realidade multifacetada (embora possamos estar a fixar numa mesma leitura centenas de anos de mudanças rápidas). Que condições sociais, económicas e mentais levaram a estas mudanças rápidas e influências supra-regionais?

A fragilidade das explicações para o Sudeste peninsular (o funcionalismo de Chapman, Mathers e Lull, o materialismo cultural de Ramos Millán e o materialismo dialéctico de Gil-

man) que procuraram aplicar modelos universalistas ao Calcolítico do Sudeste, deve fazer lembrar a ineficácia de explicações únicas e pré-determinadas para explicar o comportamento humano e “the heady possibility is, in short, that archaeologist will become important contributors to social evolutionary theory, not just adaptors or low-borrow acolytes of their fellow social scientist. So, new social evolutionary unite! You have nothing to loose but your chiefs” (Yoffe, 1994, p. 74).

Este conjunto deve ainda ser equacionado de acordo com a vertente temporal, tratando-se aqui de integrar monumentos construídos e utilizados desde finais do V milénio a.C. até finais do III milénio a.C.: grutas utilizadas como necrópoles há milénios; antas com morfologias arquitectónicas, rituais e artefactuais diferentes, grutas artificiais escavadas no calcário construídas desde o Neolítico Final, os monumentos de falsa cúpula (*tholoi*) dos primeiros utilizadores do cobre construídos e utilizados ao longo do III milénio a.C.

Sendo estruturas revisitadas durante mais de um milénio, e na escassez de conjuntos preservados, as interpretações surgem algo conturbadas requerendo um exercício de associações e induções (veja-se Gonçalves, V., 1995b).

A diversidade de monumentos funerários pode ser entendida como expressão de “diversidade diacrónica traduzindo a densidade do ritmo de mudança” (Gonçalves, V., 1995), mas a essa diversidade diacrónica há que adicionar uma clara diversidade sincrónica. Antas, grutas artificiais e *tholoi* poderão ter sido utilizados simultaneamente como parece evidente por (alguns) paralelismos artefactuais e também pelo inter-cruzamento de morfologias arquitectónicas. Assim, para a generalidade dos monumentos megalíticos desta área existe um afeiçoamento do substrato rochoso similar ao da escavação de uma gruta artificial. Alguns monumentos são particularmente reveladores desta fluidez de concepções tumulares: no monumento da Bela Vista, aproveita-se um espaço de blocos graníticos e um enorme chapéu, para no seu interior se erguer uma estrutura de pedra seca com técnica de construção similar aos monumentos de falsa cúpula (semelhanças com o que sucede em Vale Rodrigo, uma anta de falsa cúpula ?), em Casaínhos a existência de um nicho escavado na rocha poderia indicar-nos a existência prévia (ou simultânea) de uma espécie de gruta artificial ou no Pego Longo com uma galeria com o seu substrato calcário afeiçoado.

A recusa de um “paradigma estratigráfico” (Jorge, 1989, p. 408) perante a dificuldade de identificar fases de ocupação dentro de um monumento megalítico e de estabelecer leituras diacrónicas da generalidade das necrópoles, parece uma atitude prudente perante sequências evolucionistas forçadas, mas a leitura dos vários tempos do megalitismo tem de ser um objectivo prioritário para a compreensão de um fenómeno tão polissémico. As datações absolutas, os artefactos, as arquitecturas são ainda as ferramentas adequadas para esse tipo de leitura, se queremos evitar uma caracterização unitária e trans-temporal.

É obvio que os dados para a reconstrução de sequências com dois mil anos de megalitismo são muito escassos: não existem datações absolutas, não se conhecem fases de ocupação conservadas evidentes; a única leitura consensual é o reconhecimento da existência de um mundo claramente posterior nestes espaços (o das comunidades que utiliza o vaso campaniforme).

Entre esta perspectiva pessimista que não tem solução, uma vez que muito dificilmente se irão obter novos dados, há que traçar interpretações falíveis mas sempre necessárias. A dimensão “tempo de origem” efectuada por V. Gonçalves para a Península de Lisboa colocaria as antas com uma grande amplitude cronológica (finais do V milénio até meados do III milénio a.C.), as grutas artificiais com um provável “começo” mais restrito (finais do IV milénio, primeira metade do III milénio) e os *tholoi* coexistindo com os últimos e com uma

duração ao longo do III milénio (Gonçalves, V., 1995b, p. 152-154). A arrumação em meta-des de milénio não é um mero exercício evolucionista mas pode de facto traduzir os profundos ritmos de mudança que decorreram neste espaço e as múltiplas influências evidenciadas na cultura material e arquitectónica.

Casos como a Praia das Maças podem servir como paradigmas de uma estratigrafia em reconstrução. A sobreposição de um *tholos* a uma gruta artificial indica-nos as antiguidades relativas destes dois tipos de monumentos (sem generalizações) e para a convergência de duas modalidades funerárias num mesmo espaço. Também para Cabeço da Arruda existiria uma sequência de leitura muito amputada: a morfologia da sepultura n.º 1 não é clara (fossa escavada na rocha com perfil em U) e a relação com o *tholos* (sepultura n.º 2) não é inteligível.

## I. O megalitismo na área de Cheleiros

A associação de monumentos megalíticos a espaços específicos de ribeiras, serras ou planaltos parece ter-se verificado em muitos casos no actual território português. Analisando a área de distribuição de monumentos megalíticos na Ribeira de Cheleiros não se constata nenhuma clara relação de proximidade. Apesar de partir da área em estudo, não posso ignorar as múltiplas necrópoles que nelas não estão incluídas por escassas centenas de metros (como a sepultura da Samarra junto ao litoral ou a anta das Pedras da Granja bem perto dos limites escolhidos). São sempre estes os perigos de aplicar fronteiras lineares a realidades tão sensíveis, sendo necessário efectuar um constante exercício de confronto de escalas de análise de acordo com as situações, até porque se trata da reconstrução de passadas geografias humanas e não de geografias físicas.

A abundância de monumentos megalíticos de vários tipos na plataforma litoral a Norte da Serra de Sintra parece encontrar o seu limite na Ribeira de Cheleiros a partir da qual existe uma rarefacção de informação até ao vale do Sizandro.

Nesta última zona há, de facto, uma implantação preferencial de necrópoles e povoados junto ao Rio Sizandro e afluentes, enquanto que em Cheleiros, apesar de existir um número considerável de povoados, são bem mais esparsas as evidências dos “sítios da morte”. Apesar da probabilidade de que os monumentos megalíticos não terem sido utilizados por todos os membros das comunidades, existe um contrastante vazio de necrópoles.

A análise de mapas de distribuição é sempre perigosa, considerando a desigual história de investigação em Sintra e Mafra, além de que são magros os indícios da possível presença de antas em Mafra. Apesar destas reservas, é curioso que Estácio da Veiga não tenha encontrado as antas apenas indiciadas pela toponímia (Veiga, 1879) e que Carlos Ribeiro, que identificou um conjunto de estações paleolíticas em Mafra, não buscasse as antas que estudou em Sintra (Ribeiro, 1878).

A relação entre monumentos megalíticos e povoados não pode porém cingir-se a uma lógica de proximidade/distância tal como se tratasse de uma área de captação de recursos. É possível que as necrópoles não se situassem muito longe da vigilância dos vivos, mas a lógica de acesso aos monumentos não é necessariamente limitada aos nossos critérios actuais de fácil transitabilidade podendo ser orientada por percursos sagrados incompre-

ensíveis: “the shortest rout to a ritual mountain from any point on the plain is not taken but rather a prescribed walk in which it can be approached and seen from the propitious direction” (Tilley, 1995, p. 28).

Aparentemente, existiria uma abundância de necrópoles na Serra de Sintra e nas suas imediações e uma rarefacção na zona mais a Norte. Esta distribuição desigual poderá corresponder de facto a uma implantação preferencial junto de uma montanha que marca a linha de horizonte e que poderia ter um significado mágico-religioso. A Serra pode ter condicionado implantações e simbologias como as lúnulas de calcário, sobretudo presentes em seu redor (Alapraia, Praia das Maças, Baútas, Trigache, Folha das Barradas) “o que parece relacionar-se com um culto da lua naquele acidente topográfico que, ainda na época romana se chamava Mons Lunae” (Simões, 1994, p. 228).

Povoados importantes nas áreas norte como o Penedo do Lexim, Olelas, Cortegaça, Alto do Montijo, a partir dos quais se obtém um domínio visual de toda a plataforma de abrasão até à Serra de Sintra podiam estar conectados com as necrópoles que se implantavam em áreas mais meridionais. Aliás, o número de povoados conhecidos para essa área não é muito elevado - Serra das Baútas, Espargueira - sítios que aparentemente teriam menor dimensão estrutural que os povoados anteriormente referidos.

A Serra pertence a uma realidade específica, tanto os povoados calcolíticos conhecidos como a Penha Verde, a Vila de Sintra e Castanhais (no sopé) como as necrópoles identificadas em finais do século. Monumentos como a Bela Vista e Adrenunes constituem monumentos *híbridos*, que conjugam os elementos naturais da Serra granítica com (alguns) elementos arquitectónicos, constituindo conjuntos de natureza excepcional. Também a área da Ribeira de Carenque apresenta uma concentração de monumentos megalíticos: antas como Monte Abraão, Estria e Pego Longo; grutas artificiais de Vila Chã e Baútas; povoados como a Espargueira, Serra das Éguas e Serra das Baútas.

As margens da Ribeira de Cheleiros apresentam portanto imagens bem diferenciadas: enquanto na margem esquerda existem vários monumentos megalíticos (grutas artificiais, cromeleque, *tholoi*) na margem direita não existem mais do que indícios não materializáveis. Mesmo considerando a possível existência de alguns monumentos megalíticos em Mafra, a mancha de importantes sítios de necrópole da plataforma litoral a Norte de Sintra encontra aqui um possível termo.

O único monumento megalítico efectivamente identificado e escavado no concelho de Mafra é o *tholos* da Tituaria. Este monumento de falsa cúpula localiza-se fora da área da Ribeira de Cheleiros, num espaço do concelho de Mafra bem distinto e que estaria próximo do vale do Tejo (localiza-se junto do Rio Trancão), consideravelmente afastado de povoados contemporâneos como o Penedo do Lexim por uma linha de elevações bem marcada (Serra da Malveira, Serra do Funchal, Cabeço de Alcainça) que corta transversalmente o acesso à parte marítima do concelho de Mafra. Próximo da Tituaria não se conhece qualquer povoamento contemporâneo associável, vazio generalizável a uma área envolvente: “ausência de um povoamento calcolítico importante na área de Loures e em particular ao longo do Rio Trancão” (Santos, 1992, p. 257).

Os espaços da morte construídos e utilizados durante o período em estudo apresentam modalidades diversas de soluções arquitectónicas, implantação e de associações. Verificamos a existência de:

- monumentos megalíticos isolados, como os *tholoi* do Monge, Agualva, Tituaria, a Folha das Barradas e sepultura da Samarra, e as antas da Pedra da Granja;
- monumentos megalíticos “associados”, o único exemplo concreto é o monumento da Praia das Maças e Carenque (além de todos os agrupamentos de grutas artificiais na área

da Península de Lisboa, como Alapraia, S. Pedro do Estoril, Alapraia) e talvez os *tholoi* de S.Martinho cuja associação estrutural é pouco clara;

- antas agrupadas em núcleos próximos, com alcance visual inter-monumentos: é o caso das antas de Belas (Monte Abraão, Estria e Pedra dos Mouros) e dos monumentos de Trigache. Apesar de não se conhecerem quaisquer monumentos deste tipo no concelho de Mafra, deve-se notar que existe uma concentração próxima de topónimos sugestivos, num raio de 5 km em torno do Penedo do Lexim.

O significado destas diferentes associações é pouco evidente pois corresponde, na realidade, a tipos de monumento diferenciados.

## 2. As grutas naturais

As grutas naturais são espaços privilegiados para a deposição funerária (e para habitat) utilizados numa larga diacronia. Desde cronologias mais antigas que as grutas da Estremadura (e Península de Setúbal), foram utilizadas como espaços de inumação, com claras afinidades artefactuais e rituais com realidades alentejanas. Se parece plausível que na Estremadura as grutas foram o espaço preferencial ao longo dos primeiros momentos das comunidades agro-pastoris, a sua lógica de implantação (total ocultação do antecessor) e o investimento processado (muito reduzido) poderiam ter conduzido a situações sociais diversas do que sucede em áreas graníticas, em que a comunidade faz um investimento real para construir antas e levantar menires, marcando o espaço que “usa” em termos de subsistência. Ao longo dos IV e III milénios a.C. apesar de se multiplicarem as necrópoles construídas, ainda existe uma utilização constante das grutas naturais, por vezes em associações bastante complexas, como o caso do altar de ídolos calcólicos da gruta do Correio Mor (Cardoso [et al.], 1996), cujos paralelos mais próximos estão em *tholoi* do Sudeste. Esta utilização generaliza-se em finais do III milénio a.C.: em quase todas as cavidades cársicas existem materiais campaniformes.

Verifica-se a existência de inumações simples de superfície, enterramentos colectivos (por vezes com estruturas complexas) e ossuários (como na Lapa do Fumo e do Bugio). Sendo as cavidades naturais um espaço aberto e reconhecível pelas comunidades locais, muitas vezes a leitura da utilização funerária é perturbada por outros tipos de ocupação das cavidades: evidências de habitat, violações modernas e processos de alterações tafonómicas. Os rituais de inumação destes espaços (necrópoles colectivas, uso do ocre, espólio artefactual) fazem parte de um fundo comum aos demais espaços sepulcrais.

A área da Estremadura tem um substrato geológico calcário que permitiu o surgimento de inúmeras cavidades cársicas, sobretudo na área do Maciço Calcário, “área calcária situada aproximadamente entre Leiria, Vila Nova de Ourém e Rio Maior” (Teles, 1993, p. 347). Também na Península de Lisboa surgem cavidades que foram utilizadas como espaços de inumação: tanto nas áreas a Norte (Cova da Moura, Carrascal e Algar do Bonsanto), como no vale de Loures (gruta do Correio Mor, por exemplo).

Apesar da abundância de grutas em torno de Mafra, também neste domínio (como em tantos outros) encontramos um vazio no espaço concelhio. Uma leitura atenta do substrato geológico do concelho de Mafra pode indicar zonas onde eventualmente existirão cavidades naturais apesar destas não constarem das folhas geológicas (Fl 34a e 30 C), sendo necessá-

rio proceder a investigações espeleológicas para indagar da possibilidade de ocupação humana (funerária e/ou doméstica) das mesmas. A análise toponímica parece fornecer bons indícios: a presença de nomes como Covões (Carapinheira), N. Sra da Lapa, Cruz da Lapa (Murgeira), Lapa da Serra (Sr.<sup>a</sup> do Ó); Cova do Lino (Fonte Boa dos Nabos); Casal das Lapas (Malveira); Cova da Porca (Praia dos Cochos) e outros tantos deve ser investigada. A memória das populações locais é ainda um manancial por descobrir e registar.

Na área em estudo, ainda não são conhecidas grutas com utilização funerária, mas essa situação não parece definitiva, sendo necessário proceder a investigações cuidadas para identificar novas cavidades cársticas e melhor caracterizar aquelas que actualmente se conhecem.

A existência de cavidades cársticas no vale da Calada, junto a **Olelas**, já é conhecida desde o século passado devido aos trabalhos de Carlos Ribeiro. Desde essa época, apenas se fizeram breves incursões nas grutas, revendo-se os materiais arqueológicos recolhidos no século XIX (Correia, 1914; Nogueira, 1933; Ferreira, 1977; Harrison, 1977), estando ainda por realizar um trabalho de escavação sistemático destas cavidades tão próximas do povoado de Olelas. No vale da Calada conhecem-se três grutas:

- Cova da Raposa, gruta com dupla abertura com um conjunto de galerias e corredores nos quais foram recolhidos materiais dispersos incluindo pedra lascada, afeiçoada, cerâmica lisa e campaniforme (taça tipo Palmela), elementos de adorno (contas de calaíte e botão com perfil em V) e fauna; Possíveis práticas funerárias na Cova da Raposa nº2;
- Cova do Beguino, pequena gruta, muito estreita com materiais semelhantes aos da Cova da Raposa, mas também com cerâmica impressa e incisa de tradição antiga;
- Gruta do Arco, cavidade de corredores sinuosos, explorada muito parcialmente por Carlos Ribeiro.

Em **Negrais**, entre o lapiás também poderiam ter existido cavidades utilizadas domesticamente e/ou como espaços sagrados. Cunha Serrão e Prescott Vicente identificaram três cavidades bem conhecidas localmente:

- Casa da Bruxa, cavidade localizada a Oeste da Zona I do Lapiás (área circular que dista 500m SE da povoação): “caverna de difícil acesso, que não explorámos, na qual encontramos à superfície um fragmento de braseira ou queijeira e vários fragmentos de cerâmica incaracterística” (Serrão e Vicente, 1981, p. 115);
- Baile da Bruxa, cavidade circular na parte superior de um rochedo que cobre a Casa da Bruxa, um “penedo onde bruxas dançam à noite”;
- Gruta da Moura ou do Musgo, na encosta Oeste do Monte do Musgo “onde surgem mouras à noite”, recolheu-se apenas loiça do século XVII, mas não se concretizou a sua investigação: “não a explorámos totalmente pela dificuldade de acesso e falta de segurança”.

Vergílio Correia, e mais tarde Cunha Serrão e Prescott Vicente, registaram a existência de lendas que ligam o sítio de Negrais ao de Olelas, relacionando esta a suínos (presentes em artefacto *sui generis* no antigo povoado de Olelas e omnipresentes na actualidade de Negrais).

A gruta do **Fojo dos Morcegos** apenas teria uma ocupação tardia (campaniforme), mas também aqui os trabalhos realizados foram preliminares. Apesar do reduzido número de cavidades conhecido e investigado para esta área podemos constatar utilizações tardias (campaniforme) à semelhança do que sucede em outras partes da Península de Lisboa (por exemplo no Vale do Sizandro).

Também nas áreas circundantes ao **Penedo do Lexim** se verifica a presença de cavidades.

### 3. Antas

No que respeita à área da Península de Lisboa, as fronteiras do megalitismo, “clássicamente” definido como uma construção pétreia com ortóstatos parece confinar-se a uma área próxima de Lisboa. Surgem esporadicamente em zonas para além da Grande Lisboa e em importantes zonas de ocupação pré-histórica como no vale do Sizandro (Torres Vedras) estão virtualmente ausentes.

Construídas em matérias mais frágeis do que o granito utilizado em outras partes do país, e implantadas numa área de intensa e antiga actividade antrópica, os monumentos megalíticos desta zona deverão ter sido objecto de muitas agressões limitando o número de antas actualmente conhecidas. Apesar dos dados obliterados, é inegável que nesta área existiria um número reduzido de antas, em contraste com o que sucede em outros sítios. A uniformidade do espólio de antas, grutas artificiais e *tholoi* impede um faseamento de utilização, mas aparentemente estas constituiriam uma das primeiras formas de tumulação, mesmo na Península de Lisboa.

A documentação antiga é muitas vezes utilizada para identificar este tipo de monumentos, já que constituem desde há muito um vestígio facilmente identificável e onde, por vezes, confluem ritos populares. Já em inícios do século, Pedro de Azevedo publicou um documento datado de 1610 que refere uma anta no sítio do Casal de Malfornos (concelho de Mafra, na fronteira com o concelho de Sobral de Monte Agraço, fora da área de Cheleiros), referindo-se aqui que: “deste caminho vay partindo direyto as outras pedras das antas que estão mais açima do dito casal contra o leuante honde estão sete pedras grandes de Redondo e hua deytada no chão antre ellas” (Azevedo, 1905, p. 164). Esta descrição parece corresponder ao esquema clássico de construção das antas. Numa visita recente à área indicada pelo documento, observei um amontoado de lajes calcárias de média dimensão (hipotéticos esteios) e recolhi um fragmento de pedra polida.

A abundância de topónimos como *Anta*, *Casal das Antas* em vários pontos do concelho é sugestiva de uma eventual presença, muito embora este possa representar o seu derradeiro vestígio.

Já Estácio da Veiga havia salientado a importância destes topónimos na área envolvente do Penedo do Lexim (Veiga, 1878). Numa obra contemporânea às *Antiguidades de Mafra*, Carlos Ribeiro (que também investigou o concelho de Mafra) identificou e publicou (Ribeiro, 1880) importantes núcleos de antas: as antas de Belas (Monte Abraão, Estria, Pedra dos Mouros, Agualva) e as antas dos arredores de Caneças (Fojo e Pedras Grandes).

Alguns trabalhos empreendidos desde meados deste século pela escola dos Serviços Geológicos vieram acrescentar alguns (poucos) monumentos ao conjunto publicado por Carlos Ribeiro: Verdelhas das Ruivas; o núcleo de Trigache e A-da-Beja, Pedras da Granja.

Estes monumentos teriam uma dimensão considerável e abundante espólio de cronologia ampla (intrusões campaniformes, conjuntos claramente atribuíveis ao III e IV milénio).

A morfologia arquitectónica destes (poucos) monumentos não nos permite tecer considerações de evolucionismo linear de plantas. Assim, existem monumentos de planta trapezoidal (Trigache 3, Conchadas e Agualva), pentagonal (Pedras da Granja, Monte Abraão, Pedra dos Mouros e Casáinhos) e galerias cobertas (Serra da Camela, Estria).

De todos os monumentos funerários existentes na Península de Lisboa, as antas seriam as únicas a desempenhar um verdadeiro papel de monumentalidade, com uma



altura considerável, apesar da fragilidade dos seus ortóstatos e com uma afirmação *positiva* sobre a área envolvente (em contraste com as grutas artificiais e até com os *tholoi* que deveriam ter um *tumulus* de menores dimensões).

## 4. Grutas artificiais

As grutas artificiais ou hipogeus são cavidades escavadas na rocha que apresentam uma morfologia arquitectónica semelhante a outras necrópoles desta época (com câmara, corredor e, no seu caso particular, com abertura no topo) como as antas e, mais tarde, os *tholoi*. A detecção de monumentos deste tipo é de extrema dificuldade, só sendo identificáveis num processo de destruição ou no caso de se tratar de um complexo de cavidades, onde a identificação se faz por arrasto.

A especificidade das grutas artificiais em relação aos demais monumentos funerários não é de índole arquitectónica, já que corresponde a uma concepção do espaço tumular semelhante a antas e *tholoi*. A sua ausência de expressão física na paisagem e o novo conceito de escavar um monumento ao invés de o construir são as principais diferenças em relação a outro tipo de sepulcros. Na verdade, as grutas artificiais fogem ao clássico conceito de *monumento*. Embora resultem de uma intenção deliberada e sejam um produto da acção humana com pré-determinações arquitectónicas, este não é *visível* nem no espaço nem no tempo, de onde as imensas dificuldades para o arqueólogo identificar as grutas artificiais, contrastando com o que sucede para as antas que sempre mantiveram algum tipo de significado para as comunidades destes últimos séculos.

Esta fragilidade levou a uma investigação demasiado antiga da generalidade das grutas artificiais. Já no século XIX foram identificados e escavados sítios como Casal do Pardo e Folha das Barradas, e ao longo da primeira metade do século XX a maior parte das grutas artificiais (Carenque, Cabeço da Arruda, Quinta das Lapas e Ermegeira, Alapraia e S. Pedro do Estoril, Praia das Maças). Raríssimos são os trabalhos recentes: a intervenção no átrio da Praia das Maças (Gonçalves, J., 1982-83), e grutas artificiais apresentadas muito sumariamente, como Bolores (Torres Vedras) apenas referido numa notícia da Informação Arqueológica (Zilhão, 1987), Monte Canela (Alcalar), apresentado sumariamente (Parreira e Serpa, 1995) e S. Paulo (Almada) objecto de apresentação oral e ainda não publicada.

No que se refere às grutas artificiais, podemos verificar que, *neste caso*, existe um necessário determinismo ecológico: a existência de um substrato geológico calcário brando que permitia um afeiçoamento. Apenas em áreas calcárias como a Estremadura e o Algarve poderiam surgir hipogeus. A diversidade das expressões do megalitismo estremenho seria então uma mera consequência geológica? (sem dúvida que não).

A verdade é que no espaço do concelho de Mafra não foi identificado qualquer monumento deste tipo, apesar do substrato geológico calcário. As numerosas tulhas referidas por Estácio da Veiga indicam-nos a existência de cavidades (silos?). Até uma prova em contrário, a ausência de grutas artificiais em Mafra é tanto mais inexplicável quanto se sucedem as grutas nas fronteiras concelhias, podendo apenas reflectir a investigação da zona.

Existentes na Estremadura, Estremadura, Algarve e Andaluzia, este tipo de monumentos poderá ter uma génese no Neolítico final, anteriormente aos *tholoi* calcolíticos, e

## GRUTAS ARTIFICIAIS

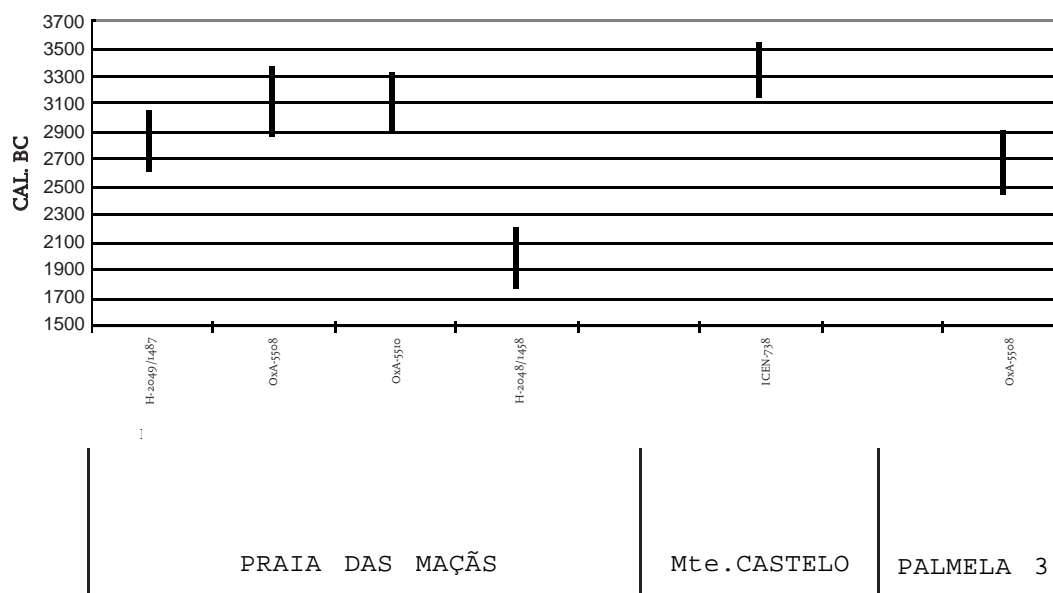


FIG. 28 – Datas calibradas a 2 $\sigma$ , segundo o Programa 3.0.3 e a curva de intersecções de Stuiver e Reimer, 1993. (Cardoso e Soares, 1995).

mantém-se em utilização ao longo do III milénio, sendo revisitados pelas comunidades portadoras do vaso campaniforme.

Recentemente procedeu-se à datação de um artefacto frequentemente referenciado em conjuntos do Neolítico final e Calcolítico: o alfinete de cabeça postiça. Dataram-se vários alfinetes de cabeça postiça provenientes de grutas naturais (Furninha, Casa da Moura, Bugio) e de três grutas artificiais (Praia das Maças, Palmela e Monte do Castelo).

A datação de um artefacto em osso, em contextos revisitados como os hipogeus e sobretudo como as cavidades naturais, poderá fornecer um *terminus ante quem* para a utilização destes monumentos não datando porém a sua fundação.

### QUADRO 4

Datas de <sup>14</sup>C de grutas artificiais no actual território português

Ref. Laboratório	Amostra	Data convencional	cal BC a 2 $\sigma$	Proveniência
<b>Praia das Maças</b>				
H-2049/148	carvão	4260±60BP	3020-2630	câmara ocidental
OxA-5508	osso/alfinete cabelo	4410±75BP	3340-2880	câmara ocidental
OxA-5510	osso/alfinete cabelo	4395±60BP	3310-2890	câmara ocidental
H-2048/1458	carvão	3650±60BP	2190-1790	tholos
<b>Palmela n.º 3</b>				
OxA-5508	osso/alfinete cabelo	4050±60BP	2870-2460	
<b>Monte Canela</b>				
ICEN-1159	carvão	4460±110 BP	3379-2881	nível funerário inf.
<b>Monte do Castelo</b>				
ICEN-738	osso	4630±54 BP	3509-3147	

Para a Praia das Maças já se conhecia uma datação da câmara ocidental (Soares e Cabral, 1984). A amostra sobre carvão oferecia algumas dúvidas, e as datações sobre alfinete de cabelo parecem fazer recuar um pouco a datação da câmara ocidental (que corresponde a uma gruta artificial). O conjunto de datas para a gruta artificial parece agora indicar a segunda metade do IV milénio ou o início do III como altura provável de ocupação deste monumento. O carácter tardio da datação para o *tholos* (finais do III milénio, inícios do II) não é esclarecedor da altura em que se teria construído o monumento de falsa cúpula, uma vez que a amostra sobre carvão poderia corresponder a uma das várias utilizações “campaniformes” deste monumento.

A datação deste mesmo tipo de artefacto de osso numa gruta artificial de Palmela, veio confirmar a “longevidade deste tipo de artefacto” (Cardoso e Soares, 1995, p. 12) e, acrescentaria eu, a duração de uso deste tipo de necrópole em pleno Calcolítico (embora se trate de uma data isolada).

Monte do Castelo é uma gruta artificial destruída nos anos 60 (Oliveira e Brandão, 1969), que se localiza bem próximo do povoado de Liceia. Recentemente, efectuou-se um estudo antropológico e foi efectuada uma datação absoluta (Cardoso, Santinho e Cunha, 1992). Do conjunto de datas disponíveis para grutas artificiais, esta é a mais recuada considerando ainda a data obtida para Monte Canelas (Alcalar).

Não são muitos os monumentos funerários que se localizam na área da Ribeira de Cheleiros, de acordo com a implantação preferencial que atrás referi. O monumento da Folha das Barradas reveste-se de particular significado pois situa-se perto do povoado do Alto do Montijo e nas imediações do Penedo da Cortegaça.

A sepultura da **Folha das Barradas** foi identificada no decurso da abertura de uma estrada na Granja do Marquês, tendo sido então sumariamente investigada por Carlos Ribeiro. Esta identificação fortuita obliterou muita informação que mesmo então poderia ter sido recolhida, sendo a descrição de Carlos Ribeiro a única fonte disponível. A especificidade formal que este monumento aparentemente teria coloca algumas reservas na denominação a adoptar: gruta artificial ou outro tipo de monumento megalítico composto?

Segundo este autor a Folha das Barradas “é uma caixa aberta no solo natural formado de calcareo branco e marcas verdoengas com cerca de dezenove (?) metros de comprimento, e orientado na linha EO (...) Da parte do nascente começa esta sepultura por uma cavidade de forma cylindrica, com seis decímetros de média altura e quatro metros de diâmetro, fazendo-se representar na parte restante por um canal de paredes verticaes, mas de secção variavel (Ribeiro, 1880, p. 78).

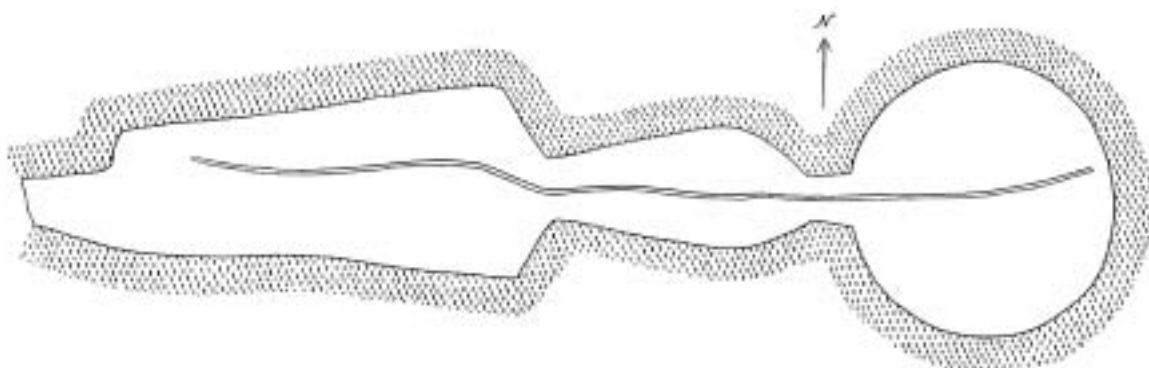


FIG. 29 – Planta do monumento da Folha das Barradas segundo Carlos Ribeiro (1880).

De acordo com as descrições de Carlos Ribeiro (Ribeiro, 1880) podemos crêr que se tratava de uma gruta artificial onde se evidencia a sinuosidade do corredor (com um estrangulamento na parte mesial) e a adequação do próprio substracto calcário.

A Folha das Barradas seria bastante longa (semelhança com Alapraia I) e corresponde a uma morfologia espacial semelhante às demais grutas artificiais conhecidas para a área da Península de Lisboa e Setúbal. Usualmente estes monumentos constituem-se em núcleos (Alapraia, S. Pedro do Estoril, Palmela, Carenque, Quinta das Lapas...), o carácter isolado deste monumento poderá reflectir a forma como este monumento foi identificado (durante o acto da sua destruição) e o único exemplo de uma gruta artificial isolada (Ermegeira) poderá ter igual significado.

Carlos Ribeiro refere ainda a existência de um canal no interior deste longo monumento, o que pode ser constatado na planta publicada, sendo interpretado como forma de “dar escoamento às águas pluviais que atravessassem os objectos inhumados e a terra que os envolvia, o qual estava coberto por um capeamento de pequenas lages de basalto para evitar, segundo parecia, o prompto obstruimento do mesmo rego” (Ribeiro, 1880, p. 80).

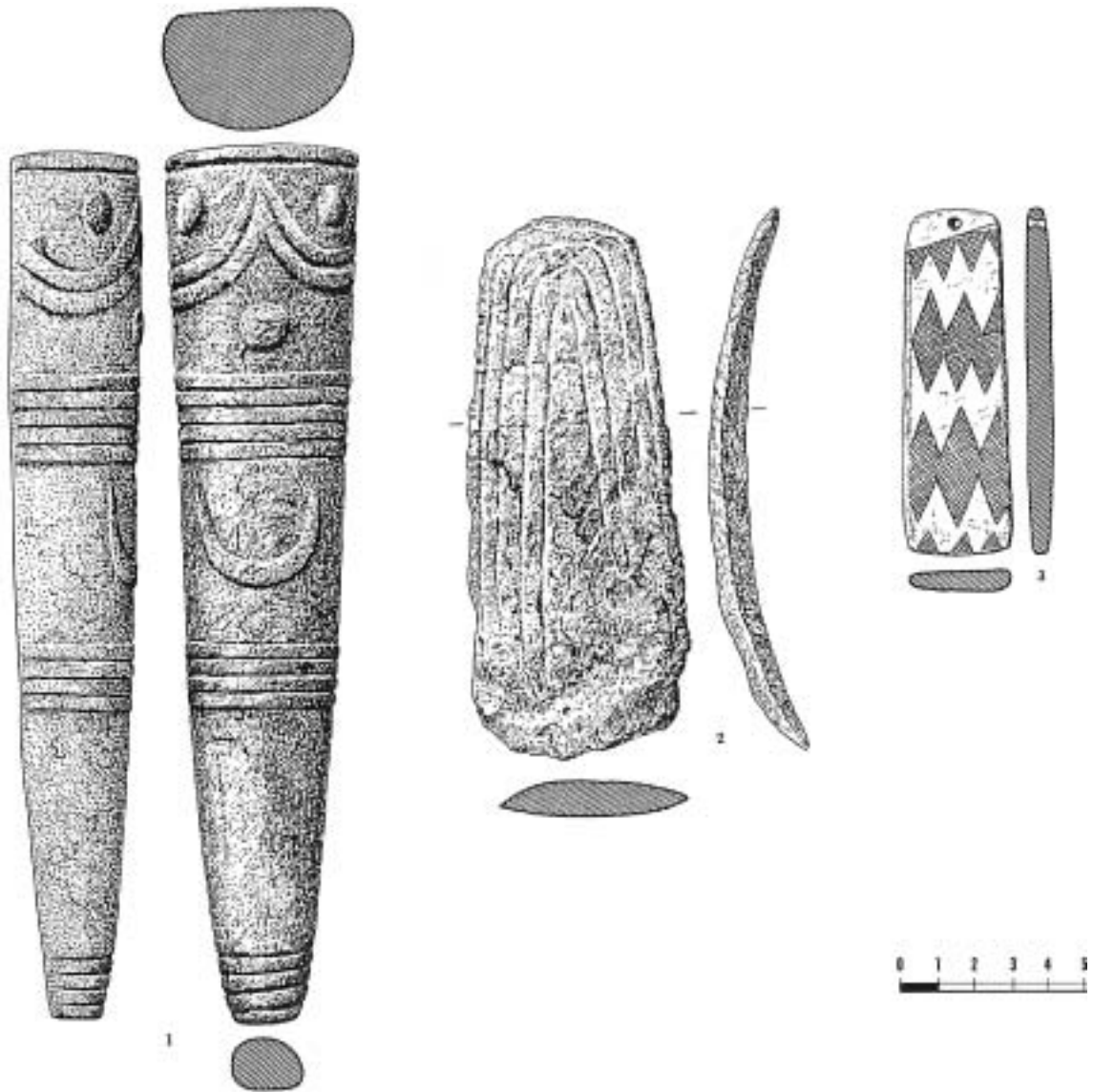


FIG. 30 – Artefactos simbólicos provenientes da Folha das Barradas (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 41, 42).

Na Folha das Barradas, estamos perante um caso de uma utilização restrita no tempo e com um espólio reduzido que parece indicar um pequeno número de inumações. Carlos Ribeiro propõe a existência de 12 inumações, incluindo quatro (4) crianças. Nas descrições das inumações na câmara (única área utilizada com esse fim) parece antever-se uma distinção dos enterramentos: “estava repartida em compartimentos limitados por septos, cujas paredes divisorias eram formadas por lages delgadas da formação cretacea vizinha, mas sem aparelho, ou taes quaes foram arrancadas da pedreira. Foi dentro d’estes compartimentos que se encontraram os restos de esqueletos humanos e a sua respectiva mobilia funerária” (Ribeiro, 1880, p. 80).

O número restrito de materiais arqueológicos publicados pode ser condicionado pelo tipo de recolha efectuada. Trata-se de um espólio bastante homogéneo, integrável no Neolítico final, estando ausentes as cerâmicas caneladas e campaniformes. As datações relativas de conjuntos “ante-campaniformes” em grutas artificiais (mas também em *tholoi*) não conseguem esclarecer se “existe apenas uma ocupação das grutas artificiais (a inicial) ou foram elas já reutilizadas antes da chegada dos campaniformes?” (Gonçalves, V., 1995, p. 147).

- cerâmica: 17 vasos inteiros e 3 fragmentos de bordo, com um conjunto significativo de vasos carenados (5), taças em calote (5), bem como um fragmento de bordo denteado. De destacar a presença de um vaso carenado tetra-mamilado, um vaso com paredes rectas e aplicações plásticas verticais (mas bem diferente dos copos). Estes dois recipientes foram classificados da Idade do Bronze, respectivamente o sub-tipo 22.1 e forma 24 (Senna-Martinez, 1991, p. 22-23) através de uma observação das suas características formais. Dada a homogeneidade do conjunto em análise, a interpretação de uma reocupação da Idade do Bronze apenas pode ser compreensível com um estudo comparativo das características das pastas.

Aparentemente estariam ausentes as cerâmicas campaniformes (contrastando com o que sucede para outras grutas artificiais, revisitadas pelos utilizadores das cerâmicas campaniformes), apesar de existirem vários povoados vizinhos com materiais campaniformes. Nas proximidades da Folha das Barradas existe uma sepultura (também destruída) com ponta tipo Palmela, punhal em cobre (Nogueira e Zbysezwski, 1943) e que originou a formação de um “grupo de Montelavar” conceito que escapa ao âmbito deste trabalho.

Trata-se portanto de um conjunto de cerâmicas coerente, com formas monótonas do megalitismo (salvaguardadas algumas aplicações plásticas e o denteado do bordo) que parece indicar um momento de utilização do monumento em finais do IV milénio a.C.;

- pedra lascada: lâminas retocadas, núcleo, pontas de seta com pedúnculo e quatro (4) punhais foliáceos. O número de artefactos de pedra lascada e a cerâmica, a ser representativo da destruição aqui processada, parece indicar um número relativamente reduzido de inumações na sepultura da Folha das Barradas. Uma vez mais se verifica que, dos artefactos foliáceos, aqueles que estão verdadeiramente conectados com os contextos de necrópoles são as pontas de seta, as alabardas (Casaínhos, Praia das Maças...) e punhais como os da Folha das Barradas;

- sagrado: placa de xisto de pequena dimensão, com perfuração. Dois artefactos votivos de calcário, uma placa encurvada e um ídolo afuselado. Do espólio deste monumento, apenas os artefactos votivos de calcário contrastam com a antiguidade do conjunto. Aliás, não se conhece ainda o espectro temporal de surgimento de artefactos tão complexos como este ídolo. A figuração de motivos lunares é característica da área de Sintra (embora tenha também sido identificado em áreas a norte no Cabeço da Arruda e na outra margem do Tejo em Palmela) em antas, *tholoi* e grutas artificiais. Tratam-se de artefactos de calcário com a

forma de crescente, a gravação deste motivo num ídolo afuselado apenas aqui foi identificada. Nenhum dos artefactos ideotécnicos recolhidos está relacionado com a imagem de cerâmica com as tatuagens faciais recolhida no povoado vizinho do Alto do Montijo.

Também a **Samarra** se encontraria bem próxima da área de Cheleiros: outra sepultura destruída da qual apenas se registam os artefactos e a localização. Implantada junto à costa (de alguma forma paralelizável ao que sucede em S. Pedro do Estoril) apresenta um conjunto artefactual notável, representativo da diversidade de influências da área em estudo, consubstanciado nos artefactos votivos e nos artefactos de proveniência longínqua como o marfim ou a pedra verde.

## 5. *Tholoi*

No que concerne à distribuição dos *tholoi* da área, verifica-se a sua total ausência na Ribeira de Cheleiros. Com efeito, os *tholoi* concentram-se aqui em áreas relacionadas com a Serra de Sintra (S. Martinho, Monge, Trigache, Bela Vista), existindo ainda o *tholos* da Praia das Maças (junto ao mar) e o da Tituarria (mais próximo do vale do Tejo).

Os monumentos de falsa cúpula (*tholoi*) são construídos e utilizados ao longo do III milénio a.C. por comunidades que continuam a utilizar outro tipo de monumentos funerários como as grutas artificiais e as antas. Estes monumentos surgem em vários pontos do Sul Peninsular com ligeiras diferenças estruturais, surgindo isolados (Tituarria, Pai Mogo, Barro, Monge), agrupados (S. Martinho de Sintra, Alcalar) ou acoplados a antas em Reguengos de Monsaraz (Olival da Pega 2b e d, Farisoa e Comenda, Cebolinhos 2).

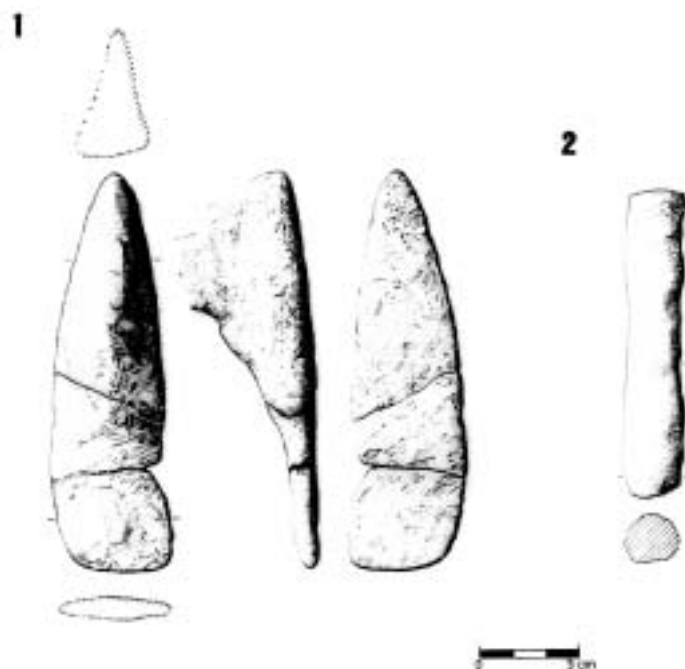


FIG. 31 – Artefactos votivos de calcário provenientes do *tholos* da Tituarria (Cardoso [et al.], 1996, fig. 41.)

No espaço do concelho de Mafra, foi integralmente escavado um monumento de falsa cúpula. As escavações foram realizadas nos anos 70 no *tholos* da **Tituaria** (Milharado) e publicados os resultados em 1996 (Cardoso [et al.], 1996).

O tipo de construção deste monumento é comum a muitos *tholoi* estremenhos: “uma primeira fiada de grandes blocos de pedra colocados dentro e em volta da escavação circular, formando o fundo da câmara, seguida de fiadas sucessivas de pedras menores que passam gradualmente às lajes mais finas de falsa cúpula”, escrevia um dos autores da escavação na Tituaria (Ferreira, 1981, p. 197). Uma construção que decerto envolveria um investimento de trabalho muito menor do que a construção de antas. Este monumento apresenta um átrio, corredor e câmara circular.

## QUADRO 5

Sequência comparativa dos artefactos segundo Cardoso [et al.], 1996

Artefactos	Nível inferior	Nível Campaniforme
<b>Pedra lascada</b>		
Punhal	1	
Lâminas e lamelas	5	?
Núcleo	2	
Lâmina ovóide	3	1
Resto de talhe	1	
Ponta seta	3	
<b>Pedra polida</b>		
Polidor	1	
<b>Metalurgia</b>		
Ponta Palmela	1 ?	1
Punção	2	
Placa em ouro		3
<b>Artefactos votivos</b>		
Ídolo calcários	7	
Ídolo fusiforme	1	
Placa plana	2 ?	1
Enxó ? – 1	?	?
<b>Adorno</b>		
Contas de Colar – 7		
<b>Artefactos em osso</b>		
recipiente	1	
<b>Cerâmica Campaniforme</b>		
Taça Palmela		7
Vaso Marítimo		4
Pontilhado		5
Inciso		3
<b>Cerâmica lisa</b>		
Esferóidal	1	14
Esférico	4	
Taça	3	
<b>Cerâmica decorada</b>		
Taça motivo espiralada	1	

Na Tituaria, está presente a clássica sequência de ocupação de muitos *tholoi* e grutas artificiais: um primeiro momento de ocupação no Calcolítico inicial/médio e uma utilização posterior atribuída aos portadores do vaso campaniforme.

O primeiro momento de utilização da câmara este monumento, deverá ter incluído um conjunto de inumações “nalguns casos, tais deposições efectivamente encostadas à parede com os corpos em posição encolhida” (Cardoso [et al.], 1996, p. 156).

Muitos destes monumentos têm, tal como se verifica na Tituaria, uma última fase de utilização pelos portadores do vaso campaniforme (finais do III milénio) que reutilizam os monumentos para efectuar inumações com diferentes espólios artefactuais e procedimentos rituais.

As duas fases de ocupação de *tholos* da Tituaria testemunham bem a distinção entre os dois grandes momentos de utilização deste monumentos: provavelmente terá existido um hiato, durante o qual a cúpula do *tholos* abateu. Sobre a cúpula deste monumento, identificaram-se diversos enterramentos campaniformes: “as sepulturas eram feitas com blocos de pedra colocados em volta do morto, sobre lajes caídas da falsa cúpula, e a cobertura era feita com outras lajes da mesma origem (Ferreira e Leitão, 1982, p. 207). Neste *tholos* está marcada fisicamente a tendência para a individualização do espaço tumular em contraste com o carácter colectivo anterior. Talvez seja este o monumento em que esta distinção melhor está marcada, a par do surgimento de sepulturas individuais coevas. Também no monumento da Serra das Mutelas (Torres Vedras) poderá ter existido situação similar, com um enterramento individual “campaniforme” no corredor (Correia, 1914), espaço que em Tituaria estava completamente ocupado por enterramentos campaniformes (Ferreira e Leitão, 1982).

Apesar de estes dois momentos serem salientados pela equipa que realizou a escavação (Cardoso [et al.], 1996), a existência de um momento intermédio – violação? – poderá ter misturado definitivamente os dois conjuntos que não surgem devidamente diferenciados pelo registo de escavação. Até mesmo a datação de <sup>14</sup>C, embora corresponda a um enterramento da “camada inferior” é colocada hipoteticamente numa cronologia campaniforme:

## QUADRO 6

Datação do *Tholos* da Tituaria (Cardoso [et al.], 1996)

Ref.	Amostra	Data convencional	cal BC a 1 $\sigma$	Fase ocupação
OX A	osso	5446-3995±60BP	2580-2460	camada inf.

O acidentado relevo entre a área de Cheleiros e a área da Tituaria parece indicar que este monumento não estará correlacionado com os povoados desta área. Este *tholos* situa-se a meio caminho entre o Atlântico e o Tejo, sendo mais acessível o caminho até ao rio.

Na área em torno da Serra de Sintra existem ainda vários *tholoi*, que poderiam ter sido construídos e utilizados pelos “habitantes” do Penedo do Lexim, Olelas, Penedo da Corteça ou Alto do Montijo, como S. Martinho, Monge ou Praia das Maças.

## 6. Menires e recintos megalíticos

Se as antas se mantiveram na memória das populações e foram precocemente investigadas, os menires e os recintos megalíticos apenas foram identificados recentemente em Portugal (o que não sucedeu em áreas como a Bretanha e Inglaterra).



Menires isolados ou recintos megalíticos estariam imbuídos de significados muito diversificados: espaços rituais, marcas na paisagem, organizações do espaço, pontos de orientação, leitura astronómica. Com técnicas construtivas semelhantes aos monumentos ortostáticos de cariz funerário, os menires e recintos megalíticos (cromeleques, recintos, alinhamentos) fariam parte de uma outra face do “fenómeno megalítico”: o megalitismo não funerário. Paralelamente existiriam os menires e recintos megalíticos, também arquiteturas do sagrado mas onde a morte se encontra ausente. Interpretar o tipo de utilização deste espaços é ainda muito complexo: praticamente não existem artefactos associados, é difícil discernir a história do monumento (muitas vezes complexifica-se o monumento inicial, como sucede para muitos monumentos megalíticos), impossível saber o tempo em que alguns símbolos foram gravados.

O momento da sua provável génese continua em discussão. Confrontados com a escassez de indicadores cronológicos, o seu surgimento terá acontecido ao longo do Neolítico perdurando ao longo do III milénio a.C.

A distribuição dos menires e recintos megalíticos no espaço do actual território português está classicamente associada à área do Alto Alentejo (Évora/Reguengos de Monsaraz) e ao Algarve. Investigações recentes têm vindo a evidenciar que a distribuição destes monumentos é bastante mais ampla e com morfologias muito diferentes (por exemplo o cromeleque do Torrão em Elvas (Lago e Albergaria, 1993)). Na Península Ibérica, durante décadas, o megalitismo correspondia quase exclusivamente à sua expressão funerária, inventariando-se e escavando-se antas e sendo totalmente invisível o mundo dos menires e cromeleques. A visibilidade do registo arqueológico é uma consequência directa do enquadramento teórico e das vontades pessoais de quem o realiza.

Um dos percursos da investigação de menires e recintos megalíticos foi Estácio da Veiga que nos seus trabalhos do Algarve identificou um alinhamento em Bensafrim. No concelho de Mafra, Estácio da Veiga após considerações bastante extensas sobre menires da Bretanha e Escócia pretende identificar duas estruturas deste tipo: um monólito em S. João das Covas “que poderia ser um peulvan” (Veiga, 1879, p. 22) removido da sua posição original e um *trilitho* perto do Penedo do Lexim (Veiga, 1879). Nenhum destes monumentos foi encontrado em trabalhos arqueológicos modernos.

S. João das Covas e o *trilitho* do Lexim constituem assim a primeira referência a (prováveis) monumentos deste tipo na Península de Lisboa. Actualmente, apenas se conhece um recinto megalítico o cromeleque da Barreira (Sintra).

A história das investigações do recinto megalítico da **Barreira** é tão complexa quanto as leituras por ele propiciadas. Identificado desde os anos 60 por E. Prescott Vicente (data consideravelmente recuada se considerarmos o panorama das investigações sobre menires e cromeleques em Portugal) foi apenas noticiado pelo descobridor em conferências proferidas na Sociedade de Geografia de Lisboa (1966 e 1977). Os títulos publicados sobre os menires da Barreira dispersam-se por vários autores (Lusitano, 1975; Zbyszewski [et al.], 1977; Martins e Morgadinho, 1989) estando porém por realizar um trabalho sistemático de levantamento topográfico, desenho dos menires que actualmente se conservam e eventualmente, trabalhos de escavação sistemáticos. Volvidos 35 anos da descoberta destes monumentos já pouco resta do recinto, após a remoção de menires para muros locais, construção do pontão da Ericeira e decoração de jardins particulares.

Reconstituir a arquitectura deste monumento é portanto tarefa quase impossível já que não existe documentação gráfica suficiente para entender a geometria deste recinto. Imagens antigas parecem indicar a existência de um recinto circular em torno de um monólito central, actualmente removido do local, e que constituiria o núcleo central do recinto (ainda

é possível observar o alvéolo deste menir). A existência de outros grupos de menires e alinhamentos (Martins e Morgadinho, 1989) não parece todavia evidente.

Prescott Vicente e Gil Migueis de Andrade realçaram o facto de que existiriam cavidades nas superfícies dos menires que seriam “figurações de olhos” comparáveis aos “rochedos zoóides de Negrais” (Vicente e Andrade, 1977). Trata-se, muito provavelmente, apenas das conhecidas “covichas”.

A morfologia dos menires é muito variada: “formas cónicas e prismáticas rectangulares ou quadrangulares. Os cilindros terão sido moldados a partir dos prismáticos, cujas arestas foram desgastadas pela erosão. Os topos são planos, arredondados, abaulados ou ogivais. As suas alturas variam até cerca de quatro metros” (Martins e Morgadinho, 1989, p. 112).

A existência de abundantes materiais arqueológicos neste espaço contrasta com o panorama da maior parte dos sítios desta natureza, em que os materiais recolhidos são muito escassos. Já Prescott Vicente e Gil Migueis de Andrade tinham referenciado esta situação pouco usual. Os materiais recolhidos nas plataformas laterais (onde actualmente se pratica a horticultura) denunciam uma utilização ampla deste sítio numa larga cronologia. No que se refere aos materiais pré-históricos existe um número significativo de artefactos recolhidos à superfície (cerca de 70, sem quantificar os fragmentos de bojo). O tipo de artefactos recolhido denuncia uma actividade doméstica e integra cronologicamente esta ocupação entre o Neolítico e o Calcolítico (estando ausentes artefactos indicadores).

- abundante cerâmica com pratos, taças, esféricos (e taças de bordo denteado, segundo Prescott Vicente e G. Migueis de Andrade), com alguns fragmentos decorados com padrões pouco usuais (linhas oblíquas inter-cruzadas e linhas horizontais). Não se conhece qualquer evidência campaniforme;

- pedra lascada (lâminas, lascas retocadas, núcleos, restos de talhe e o que parece pertencer a uma lâmina foliácea);

- pedra polida com sinais de utilização (machados de secção circular e rectangular);

- pedra afeiçoada (moventes e dormentes, percutores).

Também para **Anços** se verifica uma situação similar. As evidências de uma ocupação doméstica junto de afloramentos rochosos e o que parece ser um menir (?), ou talvez uma rocha cujo topo foi afeiçoado. Já Estácio da Veiga havia investigado este local cujo topónimo é curioso (Anços ou Ansos, derivaria de antas?) mas nada recolheu e foi um interessado em arqueologia da área que identificou o sítio nos anos 80 (recolhas de Sérgio Medeiros).

Aqui são muitas as evidências de uma utilização doméstica, as mais inequívocas derivam da extrema abundância de restos de talhe numa pequena parcela de terreno cultivado.

- pedra polida em número significativo, incluindo machados de secção circular, oval, rectangular de anfibolito, xisto e fibrolite. Alguns dos artefactos não apresentam sinais de utilização;

- cerâmica, sobretudo campaniforme incisa, com um número restrito de campaniforme marítimo e de campaniforme pontilhado (bem como um fragmento de bordo denteado);

- pedra lascada muito abundante, predominando os restos de talhe e as lâminas/lame-las sem vestígios de utilização. Presença de elementos de foice com brilho de cereal.

Poderemos estar na presença de um palimpsesto de vários momentos de ocupação, sem quaisquer evidências de ocupação calcolítica contemporânea do Penedo do Lexim que fica em frente, na outra margem da ribeira.

A convivência de rochas talhadas com outras naturais parece constituir uma especificidade da área (testemunhada por sítios em estudo na área da Ribeira de Cheleiros). A coexistência de menires - pedras levantadas, com menires naturais afeiçãoados surge esporadicamente em outras partes como em Monte dos Almendres, Fonte Boa do Degebe e Carreiras (menires na área de Évora (Calado, 1994, p. 295). Na área da Ribeira de Cheleiros, podemos constatar esta situação nos menires da Barreira, em Anços, Rebanque e em outros sítios arqueológicos sem menires, mas com uma opção de implantação deliberada junto de afloramentos rochosos (Funchal e Negrais).

Este tipo de associação depreende uma teia específica de significados para as comunidades que os utilizam: “the proximity of an older natural feature which contributes to their spatial visibility and temporal duration but which may be difficult to detect without prior knowledge of their social rationality that work in each specific monuments” (Criado Boado, 1995, p. 199). Esta dificuldade de “reconhecimento” de um espaço sagrado é um dos obstáculos à leitura actual de sítios deste tipo e o seu reconhecimento. Não fora a presença de materiais arqueológicos e o afeiçãoamento evidente de alguns menires e seria muito difícil a identificação destes sítios.

O significado destas evidências para as comunidades que habitavam a área da Ribeira de Cheleiros é de difícil percepção:

— espaços sagrados, que posteriormente perdem significado e onde se constituem povoados?

— espaços sagrados que envolvem ritos de utilização de artefactos utilitários?

É curioso verificar que todas as evidências de megalitismo não funerário se situam na área da Ribeira de Cheleiros (não se conhecendo mesmo qualquer outros sinais de menires ou recintos megalíticos na Península de Lisboa): Anços, Barreira, Rebanque e eventualmente S. João das Covas e Lexim.

## 7. A “impossível” correlação entre povoados e necrópoles

O inter-relacionamento entre o mundo dos vivos e os domínios da morte é sempre de difícil percepção: em áreas com importantes povoados não se identificam as necrópoles correspondentes (como sucede em Vila Nova de São Pedro e também, de alguma forma, no Penedo do Lexim) e concentrações de monumentos funerários sem qualquer habitat associado (Noroeste Peninsular e o próprio *tholos* da Tituaria, no Milharado, afastado de qualquer povoamento conhecido). Para a área da Península de Lisboa, verifica-se a existência de núcleos de necrópoles como os do Estoril/Alapraia com um impressionante conjunto artefactual recentemente revisto (Gonçalves, V., 1995) mas com um povoamento insuficientemente conhecido.

Esta imagem poderá apenas reflectir o tipo de investigações realizadas, mas atestam uma relação de visibilidade/ocultação (Criado, 1994) de vários domínios da vivência humana ao longo do IV e III milénios.

A relação de exclusão entre o mundo dos vivos e dos mortos pressupõe que determinados espaços da paisagem se afastem do tempo quotidiano e se transformem em

espaço de um tempo sobrenatural (Pearson, 1993). Se é comum a separação dos dois mundos, devem-se referir os casos em que não parece existir essa fronteira, identificados em Liceia e Olelas.

No primeiro destes sítios, foi identificada uma estrutura de lixeira com “restos” humanos entre “restos” domésticos. Compreender esta situação não é fácil, uma vez que parece terem existiam grutas artificiais junto ao povoado (Monte do Castelo) e cavidades naturais (gruta da Ponte da Laje). Não estando evidente um hiato de ocupação no calcolítico de Liceia, seriam os restos osteológicos de habitantes do povoado ou do “inimigo” que as muralhas defendiam?

Em Olelas, Cunha Serrão e Prescott Vicente identificaram o que denominaram por “*tholos*” sobre uma torre. Se não é completamente inédita a existência de enterramentos posteriores no perímetro de povoados (veja-se o caso do Monte Novo dos Albardeiros em Reguengos de Monsaraz) o conjunto artefactual atribuível ao monumento funerário não difere cronologicamente do que se conhece para o povoado.

A gruta artificial da Folha das Barradas é exemplificativa da dificuldade de associação entre povoados e necrópoles. A sua provável localização (apenas contamos com a descrição de Carlos Ribeiro) coloca-a na proximidade de dois povoados vizinhos contemporâneos da Folha das Barradas, ambos com perfeito domínio visual sobre a necrópole e situados a menos de 1 km. Quer o Alto do Montijo quer o Penedo da Cortegaça poderiam estar correlacionados com a gruta artificial, ou até mesmo com povoados mais longínquos, mas com domínio sobre a área (nomeadamente Penedo do Lexim e Olelas).

A transposição da ordem social do mundo dos vivos para o mundo dos morte parece inevitável: “funerary practices are products of “political” decisions (or sequences of decisions) in which the corpse is manipulated for the purposes of the survivors” (Pearson, 1993, p. 204).

Existirá uma “cultura material” específica da morte?

Em muitos dos povoados do IV e III milénio a.C. da Península de Lisboa verifica-se a presença (em número modesto) de artefactos especificamente relacionados com o sagrado. Para a área em estudo, deve-se realçar a presença de artefactos votivos de calcário, os ídolos de cornos, as placas de xisto decoradas, itens artefactuais que geralmente surgem em povoados desta diacronia. Por vezes surge outro tipo de artefactos como as figuras em argila (Pedra d’Ouro, Vila Nova de São Pedro) paralelizável com a placa de barro com tatuagem facial proveniente do Alto do Montijo.

Apesar das presenças serem por vezes muito significativas nos sítios da Península de Lisboa, como sucede para o povoado fortificado de Olelas ou Baútas, com vários elementos sagrados ausentes dos conjuntos sepulcrais, apenas possuímos uma datação absoluta e relativa destes artefactos em povoados para sítios como Sala n.º 1 ou Cabeço do Pé da Erra.

A existência de artefactos ideotécnicos em povoados, embora reduzida, atesta a permeabilidade do mundo profano e do mundo sagrado. Em muitos dos povoados do IV e III milénio a.C. se verifica a existência de artefactos especificamente inter-relacionados com o sagrado, quer os artefactos votivos de calcário (presentes no Penedo do Lexim, Olelas) ou os chamados “ídolos de cornos” unicamente presentes em contextos de habitats do Neolítico final (existentes em sítios arqueológicos como Casas Velhas e Penedo do Lexim, no concelho de Maфра).

Perante a diversidade de artefactos votivos provenientes de contextos de povoado e de necrópole na Península de Lisboa, seria necessário tentar indagar da existência de alterações simbólicas ao longo do IV e III milénio, tarefa complexa que transcende os limites deste trabalho.

De igual forma a concepção de artefactos para integrar o espólio dos monumentos funerários inclui por vezes a transposição de artefactos quotidianos (cerâmicas, pedra polida, pedra lascada) e o fabrico de alguns outros (caso das alabardas, que exigem um investimento de trabalho considerável na sua cadeia operatória, mas que se encontram sobretudo em necrópoles, sem funcionalidade aparente). Devemos então ver a cultura material de povoados e necrópoles numa relação de perfeita ambivalência?

Como é natural, alguns artefactos estão ausentes do espólio de monumentos funerários (queijeiras, pesos de tear, pedra afeiçoada), outros existem em número escasso (pedra polida, na área da Península de Lisboa). A relação das formas cerâmicas levanta porém outro tipo de questões. A primeira distinção entre os dois repertórios de formas é o predomínio de formas mais pequenas e ausência de recipientes de aprovisionamento. Quando procuramos encaixar a sequência clássica do Calcolítico da Península de Lisboa (copos e taças caneladas, folha de acácia e campaniforme numa sequência mais ou menos fluida e intercruzável) verificamos a existência de um vazio no que se concerne às cerâmicas decoradas com folhas impressas ou com caneluras fundas. A robustez desta cerâmica não é explicação válida, uma vez que existem outras formas com este tipo e decoração (inclusive recipientes de paredes rectas, quase copos). Além disso, em outras áreas meridionais, formas cerâmicas eminentemente domésticas como os pratos surgem residualmente entre o espólio de algumas antas e *tholoi* do Alentejo.

A presença de cerâmica com folha de acácia nos *tholoi* de S.Martinho (Apollinário, 1896; Leisner, 1965), no *tholos* da Várzea (Gonçalves, V., 1995, p. 147) e entre o *tumulus* da Praia das Maças (Gonçalves, J., 1982-83) - monumentos de falsa cúpula - fornece-nos um número de cerâmica muito reduzido para conseguir explicar esta lacuna em todos os outros espólios.

Não podemos portanto entender completamente as práticas funerárias e as concepções do sagrado destas comunidades perante uma perspectiva de segmentação da realidade dada a polissemia de significados do mundo dos vivos e dos mortos.